

PROMESSA CUMPRIDA

Via do Minério: asfalto começa

Douglas Reis / Acom PMBC



A GSM Mineração cumpriu a promessa e começou ontem o asfaltamento da Via do Minério, em Barão de Cocais. O prefeito Décio dos Santos (PSB) comemorou a obra, que vai acabar com a poeira de caminhões dentro da cidade. ③

REGISTROS

Prefeito de Monlevade é destaque em evento nacional da Fundação Abrinq

O prefeito de João Monlevade, Laércio Ribeiro (PT), foi um dos destaques de um painel de boas práticas promovido pelo programa Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq. O Encontro Regional com Prefeitos da Região Sudeste, foi transmitido ao vivo em uma live pelo canal do YouTube da Fundação Abrinq, antontem à tarde, e teve como tema “O legado do prefeito para a infância e adolescência”.

Laércio Ribeiro foi um dos três prefeitos do Sudeste e o único de Minas Gerais convidado a falar no painel. Um dos motivos do convite foi a implantação do Serviço de Saúde Mental Infantojuvenil (Sesamo IJ). Inaugurada em maio de 2022, a iniciativa realizou em um ano cerca de 2,4 mil atendimentos e assiste 700 crianças e adolescentes de Monlevade. O Sesamo IJ é mantido com recursos da própria Prefeitura e está em fase de ampliação. A Prefeitura trabalha para certifi-cá-lo como Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Capsi), algo que além de elevar o atendimento, permitirá que ele receba recursos federais para a sua manutenção.

Durante a live, Laércio Ribeiro explicou que o Sesamo IJ surgiu porque as famílias que procuravam esse tipo de trabalho na rede pública tinham que se deslocar até Belo Horizonte para serem atendidas pelo Centro Psíquico da Adolescência e da Infância (Cepai). Com a municipalização do Cepai, os pacientes monlevadenses perderam a referência.

Não bastasse isso, os efeitos do isolamento durante a pandemia fizeram com que os casos de sofrimento mental aumentassem muito entre as crianças e adolescentes. Em resposta a essas demandas, o prefeito decidiu bancar o trabalho e implementá-lo de forma inovadora.

Laércio Ribeiro destacou na live que o Sesamo IJ não é uma proposta isolada. “O Sesamo IJ integra várias ações que englobam a inauguração de novos núcleos da Fundação Crê-Ser; construção e conservação de 19 parquinhos e áreas de lazer em toda a cidade; distribuição do cartão Cesta Cidadã, Auxílio Natalidade e introdução de psicólogos e assistentes sociais nas escolas”, afirmou.

Diário de Barão

Diretor Geral: **Luiz Müller**

Diretora Comercial: **Sandra Araújo**

CNPJ:15.440.525/0001-15 - Insc. Est. isento

circulação: de terça a sexta-feira
assinaturas para entrega domiciliar (perímetro urbano)
semestral: R\$ 254,00

Plantão de redação:

(31) 99739-3440
diariodebarao@gmail.com

rua Geraldo Cleofas Alves 10, sala 102, Centro
Barão de Cocais (MG) - CEP: 35.970-000



São Gonçalo: trânsito no novo trevo com a BR-381 terá mudança hoje

A partir de hoje, haverá mudança no trajeto da pista na obra do novo trevo de São Gonçalo do Rio Abaixo na BR-381. Os veículos passarão a trafegar em uma das alças do trevo, ao lado da localidade de Passa Dez, para o andamento da obra. A alteração será feita nos dois sentidos. O novo trevo da BR-381 é uma obra inteiramente realizada pela Prefeitura e contará com passagem superior, duas rotatórias laterais nos dois sentidos e passagem através de túnel por baixo da rodovia, garantindo mais segurança e um melhor acesso à cidade.

FIM DA POEIRA EM BARÃO

Via do Minério: GSM começa o asfaltamento do trecho 3

O asfaltamento do trecho 3 da Via do Minério, que está sendo realizado pela GSM Mineração, através de empresa contratada, começou ontem como prometido. A rodovia tem 10m de largura com 3km de extensão. A obra é para acabar com a poeira na região do Castro, Santo Antônio, Lagoa e adjacências e está recebendo investimento de R\$ 3 milhões da GSM.

O prefeito Décio Geraldo dos Santos (PSB) acompanhou ontem o início do asfaltamento, junto com seu secretário adjunto de Administração e Planejamento, Leonei Pires. A obra, segundo o prefeito, vai diminuir os impactos da mineração, numa parceria público-privada da Prefeitura com a GSM, MR Mineração e Barão Logística.

“Nós também vamos asfaltar um trecho bem grande. Nos próximos meses nosso escoamento de minério vai ser feito de uma forma que não vai passar mais nada dentro da cidade. Isso é um passo muito impor-

tante. Eu entendo que a gente deu primeiro condição para as empresas trabalharem e o povo também trabalhar. Nossa meta é continuar dialogando com empresas e comunidade para o bem-estar de todos”, afirmou o prefeito.

Décio dos Santos disse ainda que seu governo está “levando Barão de Cocais para um outro patamar de desenvolvimento” ao criar condições favoráveis para que as empresas gerem emprego e renda para a população. “A nossa administração colocou a cidade num outro patamar, jamais visto, em desenvolvimento. Para todo lado que você olha é desenvolvimento, graças a Deus. Isso é fruto de muito trabalho, muita luta, mas os frutos estão aparecendo. Nós criamos mais de 10 mil postos de trabalho, várias empresas trabalhando na cidade gerando emprego e renda para a cidade, fazendo que o pai de família tenha dignidade de levar o pão de cada dia para dentro de casa”, destacou.



fotos Douglas Reis / Acom PMBC

Via do Minério começou a ser asfaltada ontem por uma empresa contratada pela GSM Mineração

Memória - O asfaltamento do trecho 3 da Via do Minério foi anunciado anteontem pelo sócio-diretor da GSM Mineração, Guilherme Lobato, em evento na Câmara. O trecho 2 também será asfaltado, pela empresa Barão

Logística, e terá custo de R\$ 3,8 milhões. A Prefeitura vai asfaltar uma outra parte da Via do Minério, num total de 1,5km. O trecho 1 da rodovia já foi pavimentado, também pela GSM. “A GSM Mineração tem como pro-

pósito promover uma mineração diferente e sustentável, trabalhando diariamente para desenvolver Barão de Cocais, tanto no âmbito social como econômico e ambiental. A gente vem acompanhando as demandas dos mo-

radadores, principalmente na região do Castro, Santo Antônio e os bairros adjacentes, e nós chegamos no entendimento que precisamos contribuir para a resolução também dessas questões”, disse Guilherme Lobato.



Obra na Via do Minério começou em ritmo intenso

“PRESENTE” DA VALE EM SÃO GONÇALO

Moradores de Vargem da Lua levam gás e bala de borracha

Delly Junior

DA REDAÇÃO

Uma ação da Polícia Militar na comunidade de Vargem da Lua, em São Gonçalo do Rio Abaixo, para cumprimento de uma liminar pedida pela mineradora Vale, terminou com o uso de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha contra moradores. A PM alegou que a decisão judicial autorizava o uso da força, se necessário. A Vale disse que tentou, de forma pacífica, fazer reparos em uma adutora da mina Brucutu, mas como não conseguiu, teve que recorrer à polícia.

O advogado Leandro Marques Viana, que defende moradores de Vargem da Lua que são proprietários da área em litígio com a Vale, considerou que a ação, ocorrida segunda-feira (11), por volta das 16h30, teve uso de força desproporcional. Ele garantiu que providências jurídicas serão tomadas contra a mineradora.

“Os moradores vão ao Ministério Público de Minas Gerais fazer uma denúncia contra os policiais e a falta de cumprimento das ordens do Tribunal de Justiça. E também vão registrar um boletim de ocorrência na Polícia Civil de Santa Bárbara para que o delegado encaminhe para o IML [Instituto Médico Legal] as pessoas que foram atingidas por tiros e ficaram lesionadas na operação truculenta da Polícia Militar”, declarou Leandro Viana.

Todo o imbróglgio começou porque a Vale, entre os anos de 2007 e 2008, construiu uma adutora de captação de água do rio Santa Bárbara cortando a comunidade de Vargem da Lua. “Mas a empresa fez a instalação da adutora sem a autorização de nenhum dos proprietários legais da comunidade. Desde essa época, foram várias as decisões do Tribunal de Justiça de Minas Gerais [TJMG] impedindo a empresa de ter acesso à área”, explicou. Leandro Viana enviou a repor-

tagem quatro decisões, sendo duas assinadas pelo desembargador Adriano de Mesquita Carneiro e outras duas pelo desembargador Baeta Neves, determinando que a Vale não tenha acesso à área até que o mérito sobre o uso do terreno para a instalação da adutora seja julgado.

“Em 2012 foi dada uma decisão no Tribunal de Justiça que impedia a Vale de exercer qualquer atividade dentro da comunidade Vargem da Lua. Outras decisões ratificaram a primeira. Em 2015 e 2016, houve uma perícia judicial, homologada pela Justiça em primeira instância e ratificada pelo tribunal, confirmando que a Vale minerou ilegalmente em mais de 34 hectares das terras da comunidade. E de 2020 até hoje foram dadas várias decisões no Tribunal de Justiça que estão valendo até hoje, proibindo a Vale de entrar na área”, destacou Leandro Viana.

Segundo o advogado dos moradores, para conseguir a liminar junto ao juiz substituto de Santa Bárbara, Luiz Henrique Guimarães de Oliveira, que é titular da Comarca de Barão de Cocais, a Vale teria usado de artifícios jurídicos. “A Vale induziu ao erro o juiz que estava substituindo o juiz titular de Santa Bárbara, na véspera do feriado, e conseguiu uma liminar para entrar dentro das terras da comunidade para fazer manutenção em uma adutora da Vale. Ela [a empresa] cria novas ações para tentar driblar as ordens judiciais já estabilizadas e tenta enganar o juiz da Comarca de Santa Bárbara”, afirmou.

Os próprios moradores enviaram ao **Diário** vídeos mostrando parte da ação policial. Nas imagens, é possível ver um grupo de policiais equipados com escudos avançando em direção a um local em que estava um grupo de pessoas da comunidade. “Eles estavam atrás da cerca, dentro do terreno de propriedade deles mes-



Vídeo mostra ação da PM na área de litígio em São Gonçalo

mos. A Vale invadiu, como de costume, a propriedade da comunidade Vargem da Lua e construiu uma adutora. Agora estava invadindo novamente, desrespeitando ordens judiciais ainda em vigência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para realizar a tal manutenção”, enfatizou Leandro Viana.

“Existe uma desproporcionalidade enorme em favor da Vale. Uma verdadeira covardia. Existe um processo da comunidade ajuizado contra a Vale em 2008, uma ação de interdito proibitório, ou seja, há 15 anos, que está sem decisão até hoje. Já as decisões contra os moradores são cumpridas de imediato. Inclusive a Vale ajuizou um processo de interdito proibitório em 2019, alegando posse do terreno que ela invadiu em 2008 referente à ação da comunidade. Aí o processo da Vale tem andamento nesse absurdo, mesmo tendo decisão alertando que existe uma ação mais antiga que precisa ser julgada antes”, ressaltou.

Segundo Leandro Viana, a Polícia Militar também não teria agido dentro do que determinou a Justiça. “A polícia agiu com abuso de autoridade, truculência, excesso de força e prevaricação, pois para ela cumprir a ordem do juiz de Santa Bárbara, descumpriu as ordens do Tribunal de Justiça. A Vale usa a Polícia Militar

como escudo para acobertar suas irregularidades. A atitude da Polícia Militar foi desproporcional e abusiva, agindo como se fosse segurança da Vale”, acusou o advogado.

“E por que afirmo isso? Porque a Polícia Militar não tem a mesma diligência quando a comunidade os aciona contra a Vale. A Polícia Militar não está cumprindo seu dever legal de fiscalizar a Vale para não entrar na comunidade Vargem da Lua, ou seja, não está obedecendo a ordem do desembargador do TJMG. Mas quando aparece algum pedido para a Vale, o cumprimento é imediato e com todos os abusos que você viu nos vídeos e fotos”, completou.

Outro lado - Procurada pelo **Diário**, a Vale informou, através de sua assessoria de imprensa, que tentou de modo pacífico garantir a manutenção da adutora do complexo de Brucutu, cujo defeito punha em risco a produção. “A Vale esclarece que vem tentando, desde a semana passada, dialogar com a comunidade para realização de forma pacífica dos reparos necessários em quatro válvulas da adutora de captação de água para as operações da mina Brucutu, que foram danificadas por terceiros”, diz trecho de nota enviada pela empresa.

“A manutenção realizada nesta segunda-feira [11] cumpriu decisão judicial em vigor, conforme previsto em lei para garantia da ordem. A empresa reafirma o seu compromisso com o diálogo com a comunidade e com a segurança das pessoas, das suas operações e do meio ambiente, apoiando incondicionalmente os esforços para buscar uma solução pacífica para a situação”, acrescentou a Vale, na nota.

Também procurada pela reportagem, a Polícia Militar declarou, através da Agência Local de Comunicação Organizacional do 26º Batalhão, que “a ordem judicial outorgava o uso de força policial caso fosse necessário”. “Em razão de haver litígio em andamento entre a empresa e a comunidade local, conhecida como Vargem da Lua, a PMMG compareceu à localidade onde os manifestantes se recusavam a obedecer à ordem judicial. Nesse ínterim, se fez necessário o uso moderado e proporcional da força, que foi desde a negociação até a utilização de instrumentos de menor potencial ofensivo para dispersar os manifestantes e garantir o cumprimento do mandamento judicial com o mínimo de dano possível para a comunidade”, diz a nota da PM.

“No lugar onde se deram os fatos, frisa-se, os diálogos com os representantes da comunidade – em torno de 30 a 40 moradores – duraram cerca de 1h30min, em uma tentativa de cumprimento da determinação sem a utilização de força. Registra-se, ainda, que na mesma data houve uma reunião do magistrado com a defesa de ambas as partes, oportunidade em que se tentou mediar um acordo, contudo sem sucesso”, alega ainda a PM, acrescentando que “ao final, houve a condução de um manifestante preso por desobediência e outras duas pessoas foram levadas ao hospital após alegarem terem sentido os efeitos de agentes químicos”.